

Antônio Conselheiro à luz do Direito

O historiador José Calasans quer ajuda dos advogados para esclarecer aspectos jurídicos relacionados com a Guerra de Canudos.

Antônio Conselheiro teria ou não participado das desordens ocorridas em 1893, na cidade de Soure, atual Nova Soure - e se participou, como se dizia, porque não foi denunciado e pronunciado, a exemplo de outras pessoas? Esta é uma questão que o bacharel em direito, professor universitário e historiador José Calasans está submetendo à comunidade jurídica da Bahia na esperança de obter um esclarecimento à luz da lei e dos interesses políticos da época.

José Calasans apresentou essa e outras questões jurídicas relacionadas com Canudos e o Conselheiro em recente conferência que pronunciou no auditório da OAB-BA, dentro da programação do lançamento do livro "O Trem-Terra", escrito pelo escritor Oleone Coelho Fontes. O foco histórico do livro é o coronel Moreira Cesar, o controvertido chefe, morto em combate, de uma das expedições militares enviadas contra Canudos.

TABULETAS

Sobe o episódio de Soure, Calasans explicou que provavelmente o Conselheiro não participou diretamente das manifestações, que incluíram a depredação de umas tabuletas, fixadas na frente da Prefeitura, com a transcrição de algumas leis do código municipal de posturas. Apenas teria concordado com as manifestações encabeçadas por um cidadão local, José Honorato de Souza Neto,



Calasans: Conselheiro empenhou égua pequena

descontente porque perdeu as eleições para o coronel Francisco Dantas.

José Honorato foi indiciado e pronunciado na comarca local, sediada em Itapicuru, mas seu advogado o livrou da prisão mediante habeas corpus preventivo impetrado em Salvador, no Tribunal de Recursos do Estado.

A sentença, com um voto discordante, considerou, com base em informações e documentos lidos" que um impedimento legal "inibia" o juiz da Comarca de Itapicuru, Soure e Pombal, Reginaldo Alves de Melo, de julgar o processo.

Calasans quer que os autos sejam avaliados pela comunidade jurídica para saber até que ponto o juiz

estaria realmente impedido, ou a concessão do *habeas corpus* resultou do interesse político de um influente conselheiro do Tribunal, Luiz Viana, que depois seria governador.

O historiador leu o texto da sentença do Tribunal, no qual "consegue a impetrada ordem para que o impetrante não possa ser preso" porque o "formador de culpa" - ou seja o juiz de Itapicuru - "tinha impedimento legal que o inibia de funcionar em semelhante processo, sendo um dos ofendidos por ocasião da rebelião".

Luiz Viana teria interesse em livrar José Honorato da prisão porque o inimigo deste em Canudos, o coronel Francisco Dantas,

era gente do poderoso Barão de Jeremoabo, adversário dele, Viana. Pronunciamentos de J. J. Seabra e do deputado Leovigildo Filgueiras reforçariam essa tese.

O deputado Leovigildo Filgueiras disse publicamente que Luís Viana não se interessou em condenar José Honorato porque havia uma luta política entre ele e o Barão de Jeremoabo, que era o chefe político de Chico Dantas.

A outra indagação era se o Conselheiro mereceria ou não ser citado pelo juiz. Segundo o Barão de Jeremoabo, deveria, pois até os índios de Rodelas, que o acompanhavam, participaram da revolta. Euclides da Cunha também atribuiu ao Conselheiro a ação de quebrar as tabuletas só que errou o nome do lugar - chamou de Bom Conselho, em vez de Soure.

ÉGUA PEQUENA

Há também a ação proposta por Paulo Marques Fontes, que foi juiz seccional da Bahia, pleiteando indenização porque a tropa da quarta expedição do Exército enviada contra o Conselheiro abateu bois e ovelhas na região, e assim teria causado um grande e sério problema à sua família.

O advogado que postulou vitoriosamente em nome da família do juiz foi Vital Henrique Batista Soares, mais tarde governador da Bahia e vice presidente da República. O mesmo teria sido postulado em nome das famílias pro-

prietárias das fazendas Cocorobó, Pouso de Cima e Canudos.

Para Calasans, com base em um documento dos autos que chegou às suas mãos, o interessante é que Vital Soares declara que a ação não era por causa de prejuízos causados por jagunços do Conselheiro, pois eles respeitavam a propriedade, não abatiam uma rés sequer. "Foi realmente o Exército, necessitando de alimentação, quem causou o prejuízo".

Há também evidências de uma ação proposta contra Antônio Conselheiro que resultou na penhora dos bens oferecidos por ele: um chapéu coco e uma égua pequena. "Esses documentos foram aparecendo no decorrer do tempo" esclarece José Calasans. Permitem reconstituir a vida de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro.

Ao Conselheiro era atribuída "uma lenda aterrorizadora", como disse Euclides da Cunha em *Os Sertões* - o crime de assassinar em seu estado mãe e esposa e fugir para a Bahia. Por isso chegou a ser preso pela polícia da Bahia e recambiado para o Ceará. Mas logo voltou. O juiz da comarca de Quixeramobim, sua cidade natal, o soltou. Hoje, lembra Calasans, a historiografia comprova que a mãe morreu quando ele tinha cinco anos. "Como é que ele teria cometido esse assassinato?" Na Bahia é que inventaram a história. Sua prisão hoje, à luz dos direitos humanos, seria lamentável.

